XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

MERCADO DE TRABALHO AGRÍCOLA NO NORDESTE: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS ANOS 2006/2016

Danykelle do Nascimento Pereira¹, Edicleia de Oliveira Silva², Luís Abel da Silva Filho³

Resumo: As transformações ocorridas no meio rural brasileiro provocaram alterações na produção agropecuária e, conseqüentemente, no perfil dos ocupados neste setor. A introdução de novas técnicas ao processo produtivo acompanhado pela expansão da fronteira agrícola são fatores que contribuíram bastante para tais modificações. Nesse sentido, a análise do mercado de trabalho agrícola no Nordeste torna-se importante considerando que a agricultura é um dos setores que apresenta grande relevância na geração de emprego, sobretudo para aqueles com pouca qualificação. Diante deste contexto, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o processo de modernização no setor agrícola do país. Além disso, foram destacadas as características socioeconômicas e demográficas dos ocupados na agropecuária da região Nordeste a partir de um estudo empírico. No final da análise, verificou-se que a região Nordeste apresentou baixo crescimento no número de empregados no setor agropecuário, sendo a maioria homens, com idade entre 30 e 39 anos, pouca escolaridade, elevada rotatividade e baixa remuneração. Portanto, tal desempenho demonstra que a moderna agricultura necessita de políticas públicas para inserir esta mão de obra ociosa nas atividades do campo ou da área urbana, tendo em vista que as forças de trabalho excluídas do meio rural migram para as cidades.

Palavras-chave: Agricultura. Mercado de trabalho. Nordeste.

¹ Universidade Regional do Cariri, e-mail: danykelle2@hotmail.com

² Universidade Regional do Cariri, e-mail: cleia.014.lopes@gmail.com

³ Universidade Regional do Cariri, e-mail: abeleconomia@hotmail.com

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

1. INTRODUÇÃO

A dinâmica do mercado de trabalho rural brasileiro é resultado das profundas transformações vivenciadas no rural do país, visualizadas com mais afinco a partir dos anos de 1960 (KAGEYAMA, 2004). A expansão da fronteira agrícola nacional, acoplada as entronizações de novas técnicas de cultivo e de colheita ocasionaram importantes transformações no emprego agropecuário brasileiro (BELICK *et al.*, 2003).

Estas modificações alteraram as formas de emprego e o perfil dos trabalhadores, pois várias atividades foram substituídas por máquinas, resultando em uma redução na oferta de trabalho e exigindo dos trabalhadores um maior grau de qualificação. Tais alterações foram, inicialmente, mais perceptíveis no setor secundário. No entanto, estas mudanças também repercutiram no setor agropecuário, principalmente, a partir de meados dos anos de 1990 com o crescimento do agronegócio nacional (ANDRIETTA, 2004).

Tais transformações na agropecuária nacional provocaram repercussões acentuadas na produção; com elevados ganhos de produtividade; e na estrutura produtiva, sobretudo no que pertence ao mercado de trabalho. A nova geração de postos formais de trabalho no meio rural passou a demandar mão de obra com qualificação em sistemas operacionais de máquinas e equipamentos sofisticados, provocando forte esvaziamento do campo, da tradicional força de trabalho agrícola do país (GRAZIANO da SILVA, 2000).

Sendo assim, as mudanças nas estruturas produtivas foram essenciais aos ganhos de produtividades e ao desenvolvimento rural brasileiro, agora com elevada eficiência técnica. No mercado de trabalho, os impactos apareceram, inicialmente, perversos à força de trabalho, mas com significativa melhora na criação de postos de trabalho no setor. A princípio, elevada quantidade de trabalhadores, dado o processo de mecanização do setor, e o seu baixo nível de instrução formal, acabaram migrando do campo para a cidade, diante das transformações registradas na produção das atividades agropecuárias brasileiras (SILVA FILHO, 2013).

Diante deste contexto, as modificações ocorridas no perfil da força de trabalho no meio rural brasileiro devem ser vistas por uma ótica que agrega os efeitos positivos e negativo à força de trabalho no agronegócio do país. Por um lado, as atividades exaustivas que apresentavam forte tendência a morte precoce no campo (NOVAES, 2009), além disso, os trabalhos em condições acentuadamente precárias, foram substituídos por máquinas com eficiência econômica e produção elevada. Por outro, os novos postos de trabalho criados em menor quantidade, porém com maior produtividade, operam em condições melhores, apresentando remuneração elevada, dado o novo perfil da mão de obra inserida¹ (SILVA FILHO, 2013).

Nesse sentido, onde foi possível implementar a mecanização, gerou-se postos de trabalho com remuneração e condições de atuação melhores. Atividades como as de cultivo e colheita agrícola passaram por um profundo processo; e, em consequência, dispensaram substancial parte da força de trabalho operacional. Assim, o esvaziamento do

¹ A criação de novos postos de trabalho no campo, quando se substitui a colheita manual pela mecanizada, se dá com novo perfil. Mão de obra mais qualificada e melhor remuneração. Porém, a colheita exclui contingente substancial de mão de obra que necessita de políticas públicas de qualificação e inserção em outros postos de trabalho.

¹ Universidade Regional do Cariri, e-mail: danykelle2@hotmail.com

² Universidade Regional do Cariri, e-mail: cleia.014.lopes@gmail.com

³ Universidade Regional do Cariri, e-mail: abeleconomia@hotmail.com

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

campo pode ter ocasionado mudanças consideráveis na oferta de trabalho urbano no país ao longo dos anos de fortes transformações no meio rural (BALSADI, 2009).

Cabe destacar que o setor agropecuário brasileiro ainda ocupa parte considerável da força de trabalho rural do país. O processo não é completamente mecanizado e registra, sobretudo em atividades de colheitas e no setor frutícola, elevada quantidade de postos de trabalho. Regiões economicamente menos dinâmicas, onde o processo de mecanização é menos intenso e concentrado, o setor agropecuário ocupa parte da PEA rural e, inclusive, a de menor capacidade de inserção em postos de trabalho com exigência de mão de obra mais qualificada (SILVA FILHO, 2013).

As transformações do campo, foram e continuam sendo objeto de estudo para muitos que procuraram entender a dinâmica do meio rural que está constantemente em transformações nas atividades de produção agrícola brasileira (KAGEYAMA, 2004). E, é nesta perspectiva, que este artigo procura analisar o mercado de trabalho agrícola no Nordeste, dando ênfase ao número de postos de trabalhos formais e as características socioeconômicas e demográficas dos ocupados nos anos de 2006 e de 2016.

Para atingir o objetivo proposto, o artigo encontra-se, assim, estruturado: além destas considerações iniciais; a segunda seção aborda o processo de modernização no setor agropecuário nacional, evidenciando as transformações na produção e seus impactos sobre o mercado de trabalho; em seguida, na terceira seção, busca-se analisar descritivamente o perfil dos postos de trabalho agropecuário no Nordeste nos anos de 2006 e de 2016; na quarta seção, tecem-se as considerações finais, seguida das referências bibliográficas.

2. MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL

A expansão da fronteira agrícola brasileira passou a se consolidar a partir de 1960, trazendo consigo o desenvolvimento de novas formas de exploração das atividades agrícolas e pecuárias, resultando em profundas mudanças na estrutura produtiva do agronegócio do país (BALSAN, 2006). Tal modificação, baseou-se, em especial, na introdução de novas tecnologias que impulsionaram transformações na estrutura e nos fatores de produção (MOREIRA & TEIXEIRA, 2014).

Segundo Teixeira (2005, p. 23) foi a partir dessa década que “[...] esse processo vai se dar concretamente, com a implantação no país de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura”. Diante do exposto, é possível perceber que o setor industrial impulsionou de forma significativa a expansão da “moderna” agricultura brasileira, trazendo melhorias para as bases técnicas dos meios de produção agrícola e, conseqüentemente, ganhos de produtividade.

Referente a mesma década, Salim (1986) afirma que houve uma nova definição na relação existente entre agricultura e indústria, onde o setor agrícola apresentou transformações no modo de produção, com o objetivo de favorecer as indústrias em desenvolvimento. Desde então, o complexo agroindustrial passou a conduzir a produção agropecuária nacional, com crescentes desenvolvimento de técnicas mais eficientes de cultivo e de colheita na agricultura e com constante melhoramento genético na pecuária.

Dessa forma, o processo de modernização agrícola no Brasil, foi marcado por transformações significativas na estrutura produtiva, que possibilitaram mudanças no

¹ Universidade Regional do Cariri, e-mail: danykelle2@hotmail.com

² Universidade Regional do Cariri, e-mail: cleia.014.lopes@gmail.com

³ Universidade Regional do Cariri, e-mail: abeleconomia@hotmail.com

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

espaço rural. O novo padrão agrícola desencadeou uma série de impactos socioeconômicos e ambientais (BALSAN, 2006). Como fruto desse processo, a autora aponta as seguintes consequências: a acirrada concorrência da produção, a concentração de renda, as diferenças estruturais, o processo de especialização, o êxodo rural, a exploração de mão-de-obra, a concentração fundiária, os problemas ambientais, dentre outros.

Nessa mesma perspectiva, Teixeira (2005) deixa explícito que a modernização trouxe ao mesmo tempo, ao crescimento econômico brasileiro (aumento no volume da produção agrícola e na exportação), mas também, configurou-se como fator excludente, atendendo apenas aos interesses da grande elite rural. O autor ainda ressalta que, a expansão da moderna agricultura contribuiu para o desemprego no campo, resultando em êxodo rural, além de proporcionar efeitos negativos sobre o meio ambiente, devido ao uso de produtos tóxicos.

Nessa conjuntura, é observado o crescente êxodo rural que ocasiona o inchaço das cidades, principalmente concentradas em locais precários, com ofertas de trabalho de baixas remunerações. Com isso, verifica-se então que, a mecanização na produção agrícola trouxe fortes efeitos sociais, econômicos e ambientais que nortearam e norteiam a instabilidade da população, em especial aqueles trabalhadores que vivem de atividades agrícolas e possuem pouca qualificação (BRANDÃO & LIMA, 2003). Por outra via, acrescentou valor agregado a produção nacional, impulsionou as atividades industriais do país, sobretudo a ligada a fabricação de máquinas e equipamentos, e melhorou substancialmente as relações de emprego/salário no meio rural.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, Brito *et al.* (2013) ressaltam que os ganhos de produtividade, associados à expansão dos mercados de produtos agrícolas, podem ser evidenciados pela progressão das atividades agropecuárias. Desse modo, observa-se que o mercado de trabalho exige um novo perfil de trabalhadores que sejam capazes de ocupar as demandas criadas pelo processo de mecanização no campo. Contudo, as pessoas com baixo nível de escolaridade são excluídas do “novo rural”, por serem mais vulneráveis as alterações que a tecnologia provoca no mercado de trabalho do agronegócio brasileiro. Nessa perspectiva, carece, pois, de promoção de políticas sociais com o fito de inserir parte da força de trabalho excluída do meio rural em atividades econômicas operantes nas áreas urbanas do país.

Diante do contexto, Brandão & Lima (2003) destacam que a moderna agricultura é caracterizada por destruir postos de trabalho temporários, aqueles realizados em períodos de safra que sustentavam milhares de famílias. Argumentam ainda, sobre a inexistência de políticas públicas de geração de emprego no meio rural. Com isso, Brandão & Lima (2003) ver as inovações tecnológicas no campo como um processo altamente concentrador e excludente. Nesse sentido, firma-se a necessidade de entronização de políticas de emprego com o fito de inserir parte da força de trabalho excluída pelo processo de modernização nos setores agrícolas em outras atividades econômicas no próprio meio rural ou em áreas urbanas, uma vez que a modernização na agricultura é um processo contínuo e irreversível, sendo ainda benéfico as atividades agropecuárias do país.

Balsan (2006) complementa a ideia afirmando que, as mudanças ocorridas na agricultura foram heterogêneas, devido ao fato das políticas de desenvolvimento rural influenciadas pelo processo de modernização, serem corrompidas de desigualdades e privilégios. Sendo assim, é visível que o aperfeiçoamento da produção corresponde aos interesses dos grandes agricultores rurais modernos. Porém, é pertinente destacar que a mecanização ocorreu em atividades agrícolas de forte incidência de capital. Dessa forma,

¹ Universidade Regional do Cariri, e-mail: danykelle2@hotmail.com

² Universidade Regional do Cariri, e-mail: cleia.014.lopes@gmail.com

³ Universidade Regional do Cariri, e-mail: abeleconomia@hotmail.com

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

os principais beneficiários desta mecanização são, de fato, os grandes produtores agropecuários nacional. Cabe, portanto, a aplicação de políticas públicas na promoção de técnicas modernas aos pequenos produtores do país.

De acordo com Kageyama (2000) as maiores alterações no mercado de trabalho agrícola do Brasil foram realizadas no período considerado o “esplêndido” da moderna agricultura. Na região Nordeste, os impactos de tais alterações foram mais desastrosos, em decorrência de suas características climáticas que impõem limites nas atividades agropecuárias. Sendo assim, uma região marcada por alta sazonalidade e culturas temporárias, onde somente em algumas áreas da região (áreas de fruticultura irrigada) há produção agrícola o ano inteiro (SILVA FILHO *et al.*, 2014).

Castro (2012) cita um conjunto de barreiras que implicam no desenvolvimento da agricultura nordestina, tais como: questões voltadas ao meio ambiente, a logística, tecnologia tardia, inexistência de auxílio técnico, falta de crédito, etc. Em síntese o autor conclui que, a maioria das cadeias produtivas da agricultura nordestina apresentaram baixa produtiva. Contudo, é importante ressaltar que as áreas de produções frutícolas operam com elevados índices tecnológicos e com alta produtividade, a exemplo dos vales do São Francisco (BA/PE) e do Açu (RN).

Ao analisar os setores do mercado de trabalho formal no período de 1985 a 2002, Costanzi (2004) verificou importantes mudanças em sua distribuição, destacando o setor agropecuário com um aumento considerável de 7,49% ao ano. Constatou-se também, que, neste mesmo período, apesar deste setor ter obtido a maior taxa de crescimento do emprego formal, apresentou uma queda em sua participação em termos absolutos, gerando 800 mil postos de trabalhos formais.

Em relação ao perfil dos trabalhadores empregados no setor agropecuário do Nordeste nos anos 2000 e 2010, Silva Filho *et al.* (2014) observou que houve um aumento significativo no estoque de empregados no período analisado, com variação de 39,2%. No que se refere ao sexo dos trabalhadores formais, a atuação masculina é superior em relação a feminina. Ressalte-se, ainda, que, a maior parte destas ocupações apresenta-se na faixa etária de 30 a 39 anos. No que corresponde ao nível de escolaridade, é notável uma melhora expressiva no ano de 2010, certamente em decorrência de políticas governamentais de incentivo educacional e as inovações tecnológicas introduzidas no campo que requerem um nível maior de qualificação.

A População Economicamente Ativa – PEA ocupada na agricultura brasileira, entre os anos de 2004 e 2014, apresentou queda de 2,8%, resultando em uma diminuição de 3,6 milhões de pessoas. Com exceção da região Norte, as demais registraram redução, sendo que o Nordeste e o Sul foram responsáveis por 75% do total da PEA ocupada na agricultura. Perante ao exposto Balsadi & Del Grossi (2016) ressaltam, ainda, que, nesse período essas regiões apresentaram as maiores taxas de redução da PEA agrícola feminina. Ademais, bons resultados ocorreram com a diminuição do trabalho infantil na agricultura. O Nordeste se destaca por apresentar redução de 53,0%, provavelmente, devido a adoção de políticas públicas voltadas para o combate à pobreza e para proporcionar segurança alimentar e nutricional (BALSADI & DEL GROSSI, 2016).

Mediante os estudos de Balsadi & Del Grossi (2016) sobre a dinâmica do mercado de trabalho agrícola, conclui-se que: as regiões do Brasil que realizam atividades rurais devem ser compreendidas além das suas atividades tradicionais, devido as alterações ocorridas nas formas de ocupações das PEAs. Tais transformações resultam de um novo quadro do mercado de trabalho, no qual surge novas formas de ocupação no meio rural

¹ Universidade Regional do Cariri, e-mail: danykelle2@hotmail.com

² Universidade Regional do Cariri, e-mail: cleia.014.lopes@gmail.com

³ Universidade Regional do Cariri, e-mail: abeleconomia@hotmail.com

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018

Universidade Regional do Cariri

elevando a heterogeneidade existente entre as famílias no campo. Com isso, é necessário executar modernos instrumentos para construção e efetivação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico rural.

Diante dessa conjuntura, será abordado, na seção seguinte, uma discussão acerca da dinâmica do mercado de trabalho agrícola na região Nordeste, apresentado um estudo empírico a partir das perspectivas socioeconômicas e demográficas, destacando-se a análise por tamanho do estabelecimento, sexo, faixa etária, escolaridade, faixa de tempo no emprego e remuneração dos trabalhadores rurais.

3. DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NO NORDESTE

As transformações nas estruturas produtivas podem ser evidenciadas a partir dos registros referentes ao postos de trabalho por porte de estabelecimentos agropecuários da região. Pela tabela 1 é possível perceber que o Microestabelecimento é responsável por concentrar sobremaneira ocupados formais. Ademais, entre 2006 e 2016 foi neste estabelecimento que se registrou a maior variação percentual em contratos formais de mão de obra. No entanto, é observado ainda que o estabelecimento de grande porte apresenta uma redução no número de ocupados formais, resultando em uma menor variação percentual nos períodos analisados.

Desta feita, fica, pois, evidente, a necessidade de políticas especiais aos Microestabelecimentos com o fito de promover o fortalecimento na geração de empregos formais no setor agropecuário e de expandir sua cobertura, a partir da assistência técnica à produção, bem como o incentivo a formalização da força de trabalho neles ocupados.

Tabela 01: Trabalhadores formais na agropecuária no Nordeste, segundo o tamanho do estabelecimento - 2006/2016

Tamanho Estabelecimento	2006		2016		Var%(2006-2016)
	Total	%	Total	%	
Micro (1 a 19)	76.461	32,6	88.433	36,9	15,7
Pequeno (20 a 99)	57.937	24,7	58.827	24,5	1,5
Médio (100 a 499)	50.118	21,4	56.118	23,4	12,0
Grande (acima de 500)	49.856	21,3	36.563	15,2	-26,7
Total	234.372	100	239.941	100	2,4

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados da RAIS-MTE

No que se refere ao sexo dos trabalhadores agropecuários, percebe-se que embora a participação da mulher tenha mostrado aumentos expressivos de 25.326 para 31.750 (2006-2016), a sua ocupação não foi suficiente para superar a presença masculina no segmento formal agropecuário (Tabela 2), nem, sequer, aproximar-se. Neto & Targino (2012) ressaltam que, mesmo que a força feminina esteja ganhando seu espaço no mercado de trabalho, a mulher continua sendo vítima da discriminação de gêneros, precisando conquistar ainda uma maior participação no mercado para reduzir as desigualdades existente entre homens e mulheres. No setor agropecuário, tradicional gueto masculino, as disparidades são substancialmente elevadas. É um setor de atividade econômica que ocupa parte substancial de sua força de trabalho em atividades de campo, sendo assim, com

¹ Universidade Regional do Cariri, e-mail: danykelle2@hotmail.com

² Universidade Regional do Cariri, e-mail: cleia.014.lopes@gmail.com

³ Universidade Regional do Cariri, e-mail: abeleconomia@hotmail.com

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

expressiva ocupação masculina em detrimento da feminina, resultado das próprias condições de trabalho.

Tabela 02: Trabalhadores formais na agropecuária no Nordeste, segundo o sexo - 2006/2016

Sexo	2006		2016		Var%(2006-2016)
	Total	%	Total	%	
Masculino	209.046	89,2	208.191	86,8	-0,4
Feminino	25.326	10,8	31.750	13,2	25,4
Total	234.372	100,0	239.941	100,0	2,4

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados da RAIS-MTE

Referente ainda a tabela 2, é possível constatar que, apesar da presença masculina no setor agropecuário ser substancialmente superior a feminina, o crescimento de postos de trabalho no setor, deu-se em favor das mulheres. Enquanto a força de trabalho masculina registrou variação negativa em 2016, comparado a 2006, a feminina apresentou crescimento de 25,4% no mesmo período considerado. Isso mostra a inserção feminina no mercado de trabalho; e, mesmo em guetos considerados masculinos elas vêm aumentando sua participação ao longo dos anos (SILVA FILHO & QUEIROZ, 2013).

É possível verificar ainda, diferenças nas ocupações no mercado de trabalho formal no que se refere à faixa etária. De acordo com a Tabela 3, houve aumentos no número de trabalhadores, principalmente, entre as idades de 30 a 39 anos, que apresentaram percentuais de 30,1%, em 2006 e 33,7% em 2016.

Nota-se, ainda, uma redução na participação dos jovens de 15 a 17 anos, apresentando um total de 287 ocupados no último ano, resultados convergentes ao de (BALSADI & DEL GROSSI, 2016). Do mesmo modo, pessoas com idade entre 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, registraram variações negativas de 29,5% e 22,3%, respectivamente. A partir dos 30 anos é verificado aumentos no número de ocupados, sendo que a faixa etária de 40 a 49 anos possuíam um percentual de 22,7% do total, em 2006, enquanto entre 50 a 64 anos o percentual de ocupados foi de 13,6%. Observa-se ainda que, pessoas acima de 65 anos não apresentaram resultados significativos nos anos analisados.

Tabela 03: Trabalhadores formais na agropecuária no Nordeste, segundo a faixa etária - 2006/2016

Faixa etária	2006		2016		Var%(2006-2016)
	Total	%	Total	%	
10 a 14 anos	1	0	5	0	400
15 a 17 anos	599	0,3	287	0,1	-52,1
18 a 24 anos	48.233	20,6	34.009	14,2	-29,5
25 a 29 anos	46.255	19,7	35.953	15	-22,,3
30 a 39 anos	70.494	30,1	80.930	33,7	14,8
40 a 49 anos	44.316	18,9	54.507	22,7	23,0
50 a 64 anos	23.525	10	32.643	13,6	38,8
65 ou mais anos	945	0,4	1.605	0,7	69,8
Não Classificado	4	0	2	0	-50,0

¹ Universidade Regional do Cariri, e-mail: danykelle2@hotmail.com

² Universidade Regional do Cariri, e-mail: cleia.014.lopes@gmail.com

³ Universidade Regional do Cariri, e-mail: abeleconomia@hotmail.com

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018

Universidade Regional do Cariri

Total	234.372	100	239.941	100	2,4
-------	---------	-----	---------	-----	-----

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados da RAIS-tem

A respeito da escolaridade, segundo os dados obtidos na Tabela 4, os resultados demonstram elevação no número de pessoas escolarizadas. Esses resultados convergem aos estudo de Silva Filho *et al.* (2011); Silva Filho (2013); Santos et al. (2018), os quais mostram que a escolaridade média da força de trabalho brasileira, independentemente da região de análise, melhora ao longo dos anos. O aumento no índice de escolaridade concentra-se, principalmente, nas pessoas com nível médio completo, configurando um percentual de 23,9% no ano de 2016.

A tabela 4 nos informa ainda que, do total de 21.182 ocupados, em 2006, atingiu-se um total de 57.237, em 2016 de pessoas com ensino médio completo. Mais que dobra, absolutamente, a participação de ocupados com ensino médio nestes anos, apresentando variação de 170,2%. Além disso, a taxa de pessoas com ensino médio incompleto e superior completo apresentaram bons resultados com totais de 18.971 e 5.583, em 2016.

Tabela 04: Trabalhadores formais na agropecuária no Nordeste, segundo a faixa de escolaridade - 2006/2016

Escolaridade	2006		2016		Var%(2006-2016)
	Total	%	Total	%	
Analfabeto	31.013	13,2	14.585	6,1	-53,0
Até 5ª Incompleto	86.401	36,9	52.979	22,1	-38,7
5ª Completo Fundamental	32.716	14	25.244	10,5	-22,8
6ª a 9ª Fundamental	30.379	13	32.663	13,6	7,0
Fundamental Completo	19.455	8,3	30.711	12,8	57,9
Médio Incompleto	8.796	3,8	18.971	7,9	115,7
Médio Completo	21.182	9	57.237	23,9	170,2
Superior Incompleto	1.222	0,5	1.765	0,7	44,4
Superior Completo	3.107	1,3	5.583	2,3	79,7
Mestrado	95	0	136	0,1	43,2
Doutorado	6	0	67	0	1.016,7
Total	234.372	100	239.941	100	2,4

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados da RAIS-MTE

Diante do exposto, pode-se observar que, além de uma redução dos analfabetos em 2016, diminuiu o número de pessoas ocupadas até 5º ano incompleto, como também o 5º ano completo do fundamental. Vale mencionar que, os analfabetos foi o nível que apresentou variação mais significativa, entre aqueles de mais baixa escolaridade. Em contrapartida, é visto que, do 6º ao 9º ano do fundamental houve um aumento no número de pessoas ocupadas neste níveis de escolaridade, com 30.379 para 32.663, obtendo uma variação total de 7,0% nos anos observados.

No que diz respeito aos níveis de mestrado e doutorado, verifica-se que, em ambas as categorias houve um aumento no número de pessoas ocupadas em 2016. No entanto é possível afirmar que, em relação as demais categorias, o doutorado apresentou o menor número absoluto de pessoas ocupadas neste nível de escolaridade, tanto no ano de 2006

¹ Universidade Regional do Cariri, e-mail: danykelle2@hotmail.com

² Universidade Regional do Cariri, e-mail: cleia.014.lopes@gmail.com

³ Universidade Regional do Cariri, e-mail: abeleconomia@hotmail.com

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018

Universidade Regional do Cariri

(6), quanto no ano de 2016 (67). Porém, a variação mais expressiva, uma vez que se registrou crescimento de 1.016,7% do ano de 2006 comparado ao de 2016.

O nível de escolaridade dos trabalhadores é uma das características principais para conseguir um trabalho, assim como para maior permanência no emprego na literatura econômica (SILVA FILHO, 2014). De acordo com Andrietta (2004), trabalhadores com pouca escolaridade são empregados no setor agropecuário, o mesmo se destaca por ser um dos únicos a empregar formalmente pessoas analfabetas, tanto no estado de São Paulo como no restante do país. Contudo, dado o processo de mecanização das atividades agrícolas e do elevado potencial técnico produtivo do setor agropecuário, é plausível destacar que a tendência de melhoria nos níveis de ocupação formal seja contínua ao longo do tempo.

No que se refere ao tempo de permanência no emprego, é importante destacar a elevada sazonalidade nos postos de trabalho agropecuários do país, conforme achados de Silva Filho (2013). Esses resultados são convergentes aos observados para o Nordeste nos anos de 2006 e de 2016, conforme tabela 06. Como é possível observar, há forte percentual daqueles que ficam menos de um ano em seus postos de trabalho, são 38,9% no ano de 2016, com maior incidência de rotatividade em 2006, já que foram registrados 45,3% deles deixando seus postos de trabalho em menos de um ano.

Tabela 05: Trabalhadores formais na agropecuária no Nordeste, segundo o tempo de permanência no emprego - 2006/2016

Faixa tempo emprego	2006		2016		Var%(2006-2016)
	Total	%	Total	%	
Até menos de 1 ano	106.156	45,3	93.290	38,9	-12,1
Mais de 1 e menos de 2 anos	38.716	16,5	40.380	16,8	4,3
Mais de 2 e menos de 5 anos	49.961	21,3	55.156	23	10,4
Mais de 5 e menos de 10 anos	23.241	9,9	31.225	13	34,4
Mais de 10 anos	16.277	6,9	19.831	8,3	21,8
Não classificado	21	0	59	0	181,0
Total	234.372,00	100	239.941	100	2,4

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados da RAIS-MTE

É pertinente ressaltar que elevaram-se as taxas de rotatividade para todas as demais faixas de tempo de permanência, mostrando a tendência de rotatividade no emprego agropecuário no Nordeste ao longo dos anos. Além do mais, a medida em que se elevam as faixas de tempo de permanência, se registra menores números absolutos de pessoas ocupadas. Isso mostra a forte tendência de empregos temporários na atividade e sem a permanência, muitas vezes necessárias, aos ganhos de produtividade no trabalho e de experiência no emprego por parte dos ocupados.

No que pertine a remuneração média dos ocupados por faixa salarial, é importante destacar a forte concentração de mão de obra ocupado com rendimentos nas menores faixas de remuneração. A faixa de mais de 1 e até 2 salários mínimo concentrava aproximadamente 70% dos ocupados no ano de 2016 com remuneração neste intervalo salarial. Na faixa de mais de 2 e até 3 salários mínimos registrava somente 6,7% dos ocupados em 2006 e 8,0% em 2016. Apesar da elevação percentual, os registros ainda mostram a baixa remuneração da força de trabalho no setor agropecuário nordestino.

¹ Universidade Regional do Cariri, e-mail: danykelle2@hotmail.com

² Universidade Regional do Cariri, e-mail: cleia.014.lopes@gmail.com

³ Universidade Regional do Cariri, e-mail: abeleconomia@hotmail.com

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

Tabela 06: Trabalhadores formais agropecuários no Nordeste, segundo a faixa de remuneração - 2006/2016

Faixa Remuneração Média (SM)	2006		2016		Var%(2006-2016)
	Total	%	Total	%	
Até 1 SM	51.618	22	39.470	16,5	-23,5
Mais de 1 e até 2 SM	155.506	66,4	165.713	69,1	6,6
Mais de 2 e até 3 SM	15.637	6,7	19.279	8,0	23,3
Mais de 3 e até 5 SM	5.945	2,5	7.364	3,1	23,9
Mais de 5 e até 10 SM	2.559	1,1	2.946	1,2	15,1
Mais de 10 e até 20 SM	695	0,3	614	0,3	-11,7
Mais de 20 SM	286	0,1	124	0,1	-56,6
Não classificado	2.126	0,9	4.431	1,9	108,4
Total	234.372	100	239.941	100	2,4

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados da RAIS-MTE

Além disso, é importante ressaltar, que, nas melhores faixas de remuneração, além dos registros administrativos mostrarem poucos ocupados em termos absolutos e relativos nestas faixas, ainda registraram-se variações negativas quando comparado o ano de 2016 ao de 2006. Destarte, vê-se que o setor agropecuário no Nordeste, apesar de ainda ser importante na ocupação de postos de trabalho, segue a tendência nacional com ocupação nas mais baixas faixas de remuneração e redução dos ocupados nas melhores faixas salariais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo analisar o mercado de trabalho agropecuário na região Nordeste entre os anos 2006 e 2016, principalmente, no que diz respeito ao perfil socioeconômico e demográfico dos ocupados. Os resultados obtidos revelaram aumento no número de empregados neste setor, com destaque para o Microestabelecimento, onde se percebe o maior aglomerado de ocupados. Apesar dos estabelecimentos de micro, pequeno e médio porte apresentarem uma elevada participação de trabalhadores, os de grande porte registraram variação negativa de 26,7%.

Assistiu-se também, um aumento da participação feminina no mercado de trabalho formal, embora não tenha superado a força de trabalho masculina que em ambos os anos se sobressaiu em relação à feminina, apesar de ter obtido redução no último ano analisado. No que se refere à faixa etária, observa-se que houve redução dos jovens ocupados no setor agropecuário. Do mesmo modo, as informações demonstram que o número de analfabetos também reduziu significativamente.

Referente ao tempo de permanência no emprego nota-se que a população ocupada na faixa mais de 10 anos apresentou variações positivas, diferentemente da faixa de até menos de 1 ano que registrou percentuais baixos. No tocante a remuneração média, a análise mostra que no Nordeste a maioria dos ocupados possuíam rendimentos nas primeiras faixas de remuneração, com redução absoluta e percentual daqueles que auferiam rendimentos nas melhores faixas, quando comparado 2016 a 2006.

¹ Universidade Regional do Cariri, e-mail: danykelle2@hotmail.com

² Universidade Regional do Cariri, e-mail: cleia.014.lopes@gmail.com

³ Universidade Regional do Cariri, e-mail: abeleconomia@hotmail.com

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

Em geral, os resultados empíricos das variáveis observadas revelam que a região Nordeste apresentou baixo crescimento na criação de postos de trabalho no período analisado. Ressalte-se, ainda, que, os avanços tecnológicos adotados no campo e a mecanização dos processos produtivos influenciaram o mercado de trabalho agrícola, apontando para a real necessidade do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a população que trabalha nestas atividades.

Sugere-se que em trabalhos futuros possam se fazer um estudo contemplando os postos formais e informais para que se faça uma análise comparativa procurando destacar se houve crescimento expressivo da informalidade no setor e se essa composição da PEA agropecuária nordestina ainda ocupam atividades agropecuárias em regimes informais ou se foram, de fato, migrantes para atividades em áreas urbanas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRIETTA, A. J., 2004. Evolução do perfil dos trabalhadores na agropecuária paulista de 1985 a 2002. **Informações econômicas**, 34(9):7-19.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123–151, 2006.

BALSADI, O. V.; GROSSI, M. E. DEL. Trabalho e emprego na agricultura brasileira Um olhar para o período. **Revista Política Agrícola**, v. Ano XXV, n. 4, p. 82–96, 2014.

BRANDÃO, S. L.; LIMA, S. DO C. Espaço da produção agrícola no Centro-oeste. **Caminhos de geografia**, v. 4, n. 8, p. 38–45, 2003.

BELIK, W.; BALSADI, O. V.; BORIN, M. R.; AMPANHOLA, C.; DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G.. O Emprego Rural nos Anos 90. In **Trabalho, Mercado e Sociedade: o Brasil dos Anos 90**. Org. In PRONI M. W.; HENRIQUE, W.. São Paulo – editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia UNICAMP, 2003, p. 153-198.

BRITO, M. A. P. DE et al. Mercado de trabalho agropecuário na Bahia: evolução e relações de trabalho. **Informe Gepec**, v. 17, n. 2, p. 190–203, 2013.

CASTRO, C. N. DE. **A agricultura no nordeste brasileiro: Oportunidades e limitações ao desenvolvimento Texto para Discussão**. [s.l.: s.n.].

COSTANZI, R. N. **Evolução do emprego formal no Brasil (1985-2003) e implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda**, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J.. O novo mundo rural brasileiro. Campinas: Unicamp, p.151, **Série Pesquisas**, 2000.

KAGEYAMA, A. Mudanças no Trabalho Rural no Brasil, 1992-2002. **Agric. São Paulo**, v. 51, n.º. 2, p. 71–84, jul/dez, 2004

¹ Universidade Regional do Cariri, e-mail: danykelle2@hotmail.com

² Universidade Regional do Cariri, e-mail: cleia.014.lopes@gmail.com

³ Universidade Regional do Cariri, e-mail: abeleconomia@hotmail.com

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

MOREIRA, G. C.; TEIXEIRA, E. C. Política pública de pesquisa agropecuária no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v. Ano XXIII, p. 5–17, 2014.

NETO, J. B.; TARGINO, I. Desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho nordestino nas décadas de 1990 E 2000. **OKARA: Geografia em debate**, v. 6, n. 2, p. 240–262, 2012.

NOVAES, J. R. P.; Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. **Rurais I**, Volume 3, Nº 1, março de 2009.

SALIM, C. A. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário nas áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, 1986.

SILVA FILHO, L.A.; QUEIROZ, S.N.; ARAÚJO, J.B.; SILVA, F.J.F. 2014. **Criação e destruição de empregos na indústria metropolitana do Nordeste**. Revista de economia, 40(1):71-96.

SILVA FILHO, L.A.; SILVA, J.L.M.; QUEIROZ, S.N. 2014. **Emprego formal e rotatividade no mercado de trabalho agropecuário no Nordeste: 2000-2001 e2009-2010**. Perspectiva econômica, 10(1):39-51

SILVA FILHO; L. A. mudanças estruturais, mercado de trabalho e rotatividade no emprego agropecuário no Brasil. RDE - **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano XV Nº 27 Junho de 2013.

TEIXEIRA, J. C. modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos , sociais e ambientais . **Revista Eletrônica da Associação Geógrafos Brasileiros**, v. 2, n. 2, p. 21–42, 2005.

¹ Universidade Regional do Cariri, e-mail: danykelle2@hotmail.com

² Universidade Regional do Cariri, e-mail: cleia.014.lopes@gmail.com

³ Universidade Regional do Cariri, e-mail: abeleconomia@hotmail.com